

A CIVILIZAÇÃO DO CACAU NA AMAZÔNIA

JOSÉ UBIRATAN
ROSÁRIO*

* JOSÉ UBIRATAN ROSÁRIO, Professor Adjunto do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará, bacharel e licenciado em História pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFFa., pós-graduou-se em pesquisas e desenvolvimento de áreas amazônicas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFFa. e em Geografia Agrária, como especializações, tendo exercido, antes do Magistério, o Jornalismo profissional. Ensaista e teatrólogo, o autor é membro da Comissão Nacional de Folclore, seção do Pará e colaborador dos principais jornais de Belém. Foi laureado pela Academia Brasileira de Letras com o ensaio AMAZÔNIA, PROCESSO CIVILIZATÓRIO (Apogeu do Grão-Pará) do qual o texto "Agônias e Glórias do Século" é um capítulo tipo painel do que ele vai conceituar como "Civilização do Cacau na Amazônia". Além do prêmio "José Veríssimo" conferido pela Casa de Machado de Assis, o autor também recebeu, pelo mesmo ensaio, o "Carlos Nascimento", prêmio da Academia Paraense de Letras. Esta instituição cultural já o havia premiado antes, em teatro (Prêmio "Elmano Queiroz"), pela peça "O Lord e a Esquadra Fantasma na Amazônia" e também no gênero ensaio (Menção Honrosa) pelo livro "Belém, Urbe Amazonica". Já se encontra na Reitoria, protocolado para completa publicação, o ensaio laureado do qual o presente texto é um capítulo introdutório.

ENTRE MASMORRAS E SAUDADES

Ninguém jamais poderá interarase da civilização que se recriou na Amazônia sem antes considerar o elenco universal de agonias e glórias do século XVIII, durante cujas experiências e transformações profundas processou-se e emergência da sociedade amazônica paralelamente à mineira e às demais regiões culturais brasileiras dinamizadas pela mineração ou pela agricultura de exportação.

Todas as manifestações culturais típicas e tradicionais da Amazônia, suas devoções, suas técnicas, sua produção, sua arte, sua dramaticidade, seu messianismo, seu lazer e suas consolações refletem essa alma conturbada e sonhadora do século XVIII, que circula desde a Alemanha de Goethe até as minas de prata do Peru; desde os progressos nos ideais de justiça até o massacre de povos da Amazônia; desde o sacrifício de Tiradentes até a presença da Inquisição na Amazônia.

No século XVIII examinou-se a religião, criticaram-se as formas tradicionais da fé, condenou-se o tipo de ensino livresco e pouco prático da época; discutiram-se as formas de governo das sociedades de então e operou-se no Direito significativa evolução doutrinária com o jusnaturalismo que investia contra a desumanidade e a crueldade das masmorras onde a amarga experiência não ficou desconhecida na Colônia Brasil:

"Se me viesses com teus olhos
Nesta masmorra metido,
De mil idéias funestas,
E cuidados combatido;
Qual seria, minha bela,
Qual seria o teu pesar?"

As primeiras noções de direito, justiça e até mesmo de amor, haviam chegado até nós por meio da colonização; da aculturação lusitana e espanhola, segundo os desígnios europeus, na pregação dos padres, no teatro religioso, só mais tarde os aprenderíamos com a França.

A noção de direito era talvez a mais deplorável de todas as noções que, como elemento cultural, entraram nas duas capitânicas lusitanas. No Brasil, Vice-Reino ou dos Vice-Reis praticava-se tudo aquilo que fora condenado pelo Marquês de Beccaria: a tortura durante os interrogatórios, a bola de ferro atada ao pé do condenado, tudo isso dentro dos ergástulos escuros onde não penetra a luz do sol:

"Ergástulo cruento
Onde não entra a aurora !
Pensas que a sombra tua
A vida me devota?
Não penses tal maldade,
Eu morro de saudade!

Se pensas que os teus ferros
 Horríveis e pesados,
 Me têm os rijos ossos
 Com dôres trespassados;
 Não penses tal maldade,
 Eu morro é de saudade" (1)

CANTO ÉPICO

Quase ao tempo em que Haendel compunha o "Messias", ocorria na Amazônia a maior tragédia dos povos indígenas ao dizimarem-se populações inteiras, fazendo desaparecer nações e culturas nativas sob o bombardeio e a fuzilaria de uma tropa de El-Rei de Portugal com ordens para vencer a insurreição liderada por Ajuricaba, um dos chefes rebeldes. Os nativos sucumbiram perante a superioridade tecnológica do invasor, mais preparado tecnicamente para do-

minar. Era 1723, portanto primeira metade do século e toda essa façanha belicista foi celebrada no poema herói-épico do militar português Henrique João Wilkens que escreveu "A Muhraida" (2), hino que procurava justificar o genocídio amazônico:

"Canto o sucesso fausto inopinado
 Que as faces banha em lágrimas de gosto;"

O poema "A Muhraida", tratando da derrota dos Muhra no Alto Amazonas, condenava os guerreiros ferozes que, aguerridamente, resistiam à dominação branca, em pleno século XVIII.

Ainda em 1729, segundo informa o escritor Márcio Souza, foram trucidados no Amazonas 20.800 índios Muhra. Depois, subindo o rio Urubu, "a ferro e fogo", o comando militar português dizimava mais de 15.000 índios entre homens, mulheres, velhos e crianças. "Quando o remédio do salvacionismo cristão não surtia efeito, a pólvora dos arcabuzes abria uma perspectiva" escreve o autor barê. (3)

O único poema épico da Amazônia setecentista é a "A Muhraida" de Henrique João Wilkens. Também com o título "A Conversão e Reconciliação do Gentio-Muhra", "A Muhraida" é um documento histórico do século XVIII que comemora a dominação lusitana na área, vencendo os aguerridos nativos:

"Nas densas trevas da gentilidade
 Sem tempo, culto ou rito permanentes,
 Parece que esquecidos da deidade
 Alheios vivem dela independente;
 Abusando da mesma liberdade,
 Por frívolos motivos vindo a terra
 Que lhes concedeu o ente onipotente
 De sangue tinta de humana injusta guerra"

É "A Muhraida", o único épico das armas portuguesas na Amazônia, espécie de "Os Lusíadas" dos trópicos...

CRIME E PECADO

O Código Penal da Colônia estava todo consubstanciado no famoso Livro V das Ordenações Filipinas que só seria revogado em 1830, já em pleno Império. Nesse código a pena de morte apresentava-se sob várias modalidades. O crime era confundido com o pecado; incriminavam-se os "hereges" e os "apóstatas"; puniam-se severamente os feitiçeiros (4). Além do mais as Ordenações consagravam a desigualdade de classes perante o crime. A Igreja Católica, como religião absoluta na Colônia, era intolerante para com os outros credos, em particular o judaísmo. Tudo quanto conspirasse contra o catolicismo era crime e para isso ainda estava em atividade a Inquisição ou Santo Ofício, que não poupou, nesse mesmo século, a Amazônia.

Chegou à Amazônia, a visitação do Santo Ofício da Inquisição na metade do século (1763/1769) tendo aqui processado vinte e uma pessoas por feitiçaria, oito por heresia, inclusive blasfêmia; nove por curandeirismo, cinco por bigamia, dois por sodomia e apenas um por maltratos a escravos, num total de 19 confissões e 27 denúncias (5). O macabro Livro da Visitação registra o nome de 485 pessoas envolvidas no processo, a maioria gente humilde e pobre, embora incluída uma minoria pertencente à classe dominante e aristocrática da região (6).

IDEOLOGIAS

No que tange às regras, proibia-se na Amazônia pombalina o casamento ou mero cruzamento de branco com negra, mas estimulava-se, a interesse do Estado, o cruzamento de branco com nativa, até premiando-se os casais híbridos que tivessem mais filhos (menos nas Missões onde o padre vedava a entrada do colono).

Política e filosoficamente, a centúria de que nos ocupamos em caracterizar projetava o desenvolvimento das novas ideologias, consubstanciadas no Iluminismo, no Enciclopedismo e na Independência das colônias. Eram princípios desfraldados: os direitos humanos, a justiça social e a humanidade. O Marquês de Beccaria, filósofo, combateria a tortura e bater-se-ia pela moderação das penas na sua obra "Dei delitti e delle pene" (1764) embora não se deva esquecer John Howard com seu livro "The State of Prisons in England", 1770, onde relatava os horrores das enxovias e calabouços (7).

Pregava-se o ideário geral da liberdade, da igualdade e da fraternidade como núcleo central da ideologia liberal traduzida em termos práticos no constitucionalismo que consagrava a separação dos poderes bem como garantiria os direitos do homem. E foi logo na América que a idéia frutificou: as colô-

nas inglesas transformaram-se em Estados livres e soberanos. E o exemplo contagiou as Américas, migrou para o Brasil.

O século projetava rigorosamente uma política nova no seio da burguesia revolucionária da Europa ocidental. O Enciclopedismo na França baseava-se em postulados nacionalistas e contestatórios da ordem social vigente contra o absolutismo monárquico, contra a intolerância religiosa, contra o desprezo ao povo em suas condições precárias de liberdade e materiais de sobrevivência. Lutava-se em suma para derrubar o que se chamava "Ancien Régime" e essa ideologia liberal já campeava nas colônias de toda a América, inspirando os líderes.

Enquanto o Barroco ia-se degenerando em Rococó, a Europa punha no discurso dos seus intelectuais o termo "Civilização", animada que estava com os êxitos da revolução mercantil, da revolução tecnológica, da revolução científica em todos os quadrantes, pelas quais pôde a Europa "civilizadora" explodir culturalmente sobre toda a terra, valendo-se de sua superioridade material, bélica em particular.

ÉDEN & CIVILIZAÇÃO

Redescobria-se o Novo Mundo como mito e como realidade. Revelavam-se nações e culturas estranhas à "Civilização". E se os cientistas, a esses povos, não os chamavam de "bárbaros", viam-nos como exóticos ou pitorescos, num momento em que praticamente cessava a ação dos arcabuzes e dos fuzis reais na Amazônia. As próprias idéias antropológicas de caráter evolucionista que ainda iriam explodir sistematicamente na Ciência humana do século seguinte, já estavam no século XVIII, "pairando no ar", evidenciando-se esse sintoma nas obras de David Hume, A. Ferguson, Condorcet, Turgot, Voltaire, e Adam Smith (8), querendo isso dizer que antes mesmo do aparecimento de "A Origem das Espécies", em 1859, de Darwin, já estava na intuição dos cientistas do século XVIII o conceito de desenvolvimento e evolução, palavra-chave, esta última, da teoria evolucionista no campo de antropologia cultural do século XIX.

Entre os numerosos cientistas europeus que vieram à Amazonia nessa centúria não se pode olvidar o nome do naturalista La Condamine cujas palavras lisonjeiras sobre Belém, representam a mais velha "fotografia" do Grão-Pará agrícola, anterior ao apogeu:

"Nous crûmes en arrivant au Pará à la sortie des bois de l'Amazoné, nous voir transportés en Europe. Nous trouvâmes une grande ville, des rues bien alignées des maisons riantes, la plupart rebâtises depuis trent ans en pierre et en moillon, des églises magnifiques"

Era 1743, tempo anterior à arquitetura imponente de Landi.

Na economia, os teóricos europeus consagravam a terra (Quesnay) e a indústria (Gournay) como fontes da riqueza, enquanto Adam Smith lançava seu livro "Riqueza das Nações" onde se enunciavam as bases da moderna economia. A abundância e variedade dos produtos do Novo Mundo haviam criado otimismo. Ao mesmo tempo os governos metropolitanos punham em execução uma política protecionista que repercutia no Brasil e na região amazônica cujas riquezas alimentavam uma visão edênica. Laura Vergueiro, em seu livro "Opulência e miséria das Minas Gerais", escreve que essa visão edênica recobria o caráter mais profundo da colonização americana: "criar riqueza, através da agricultura, ou da mineração de metais preciosos, para fomentar o desenvolvimento das metrópoles" (9).

Paralelamente a isso a civilização européia ia realizando descobertas no campo da astronomia, da física, da história natural, da química marcando o século. Lavoisier pontificava como o pai da química moderna. Foram inventadas as primeiras máquinas a vapor e o tear mecânico. Surgiram o termômetro e o para-raios. No campo da cultura renovaram-se gostos, ideais, costumes e hábitos estimulados pela filosofia. Na literatura o romance assumia grande importância; entre os ingleses, com Defoe, autor de "Robinson Crusoe", Swift, com as "Viagens de Gulliver"; entre franceses Beaumarchais; na Itália desenvolvia-se a dramaturgia, com Goldoni ("A Hospedeira" e "A Loja do Café") e ainda participaram desse século - se bem que também do próximo - Goethe e Schiller.

Goethe nascera na metade do século - 1749 - ano em que pela primeira vez passava a circular a moeda metálica na Amazônia. Goethe morrerá no outro século - 1832 - mas a maior parte de sua vida e de sua glória viveu-as no século XVIII e ele foi uma das glórias do século. Ainda em 1970 começara a escrever o Fausto que acabaria em 1807 (10).

A Europa, enfim, tornara-se o novo pólo de difusão cultural do universo. E, como reflexo desse processo civilizatório, onde se fundaram "academias" como a de ciências de Paris, criaram-se nas Minas, Pernambuco, Bahia, Cuiabá, Rio de Janeiro e São Paulo as famosas "Academias" de letras, a exemplo das que se organizavam na Europa. Eram sobretudo literárias as academias da Colônia. Algumas com nome melancólico: "Academia Brasileira dos Esquecidos". Outras porém mais otimistas: "Academia dos Felizes" ou Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos" ou decisivamente "Academia Brasileira".

Porém os escritores mais significativos do século XVIII estavam mesmo em Vila Rica, capital da Capitania, urbe do ouro. Por trás dessa movimentação na Colônia, atuava o apoio intelectual da Universidade de Coimbra onde os brasileiros se formavam. Tem-se dito e escrito isso sobre essa época do Brasil, mas não se tem estendido a referência ao Grão-Pará contemporâneo. É bem verdade que no Grão-Pará nem todos os seus intelectuais foram ter àquela Universidade a exemplo do escritor amazônico Tenreiro Aranha. Ele terminou estu-

dando no convento dos Mercedários, não tendo ido a Coimbra por falta de recursos uma vez que lhes confiscaram o que possuía. Mas na Universidade de Coimbra, estudou um dos maiores intelectuais do Brasil Colônia que foi Filipe Patroni, filho do Acará, uma região agrícola da Amazônia.

DE HAENDEL AOS TAPUIAS

A nível de cultura Universal, é o século XVIII também o século do teatro, particularmente do teatro cantado ou "ópera" que a Itália inventara. De lá viera o modelo das famosas "casas de ópera", orgulho do mundo, mundo que aprendia a arte nova com a Itália. Afinal possuir uma "casa de ópera" significava estar afinado com a "Civilização" que era um conceito tipicamente europeu, pois a palavra, em texto francês, data de 1766. A existência das "casas de ópera" em Minas Gerais e Grão-Pará tinha um significado todo especial. A de Minas erguera-se em 1770, a do Grão-Pará, em Belém, em 1775. A primeira ainda permanece de pé, para goáudio dos turistas. A de Belém não deixou vestígios.

Havia "casas de ópera" nas cidades principais do Brasil do século XVIII sobretudo onde se esboçasse um surto de urbanização como a região das Minas Gerais. Também Belém do Grão-Pará, maior centro urbano do norte, embora distanciado desse meio aurífero, possuía a sua "Casa da Ópera", situada no bairro mais antigo (o da "Cidade Velha") perto da Matriz de então; perto do Seminário e ainda do "Castelo", perto da Santa Casa de Misericórdia (Primeira) construída no próprio quarteirão o de se erguia inoentemente o Palácio dos Governadores - o mais majestoso do Brasil da época. Na referida "casa de ópera" de Belém, bem como nas das outras cidades, constavam do programa "árias, dramas e comédias" (11). Com "drama" e "árias" esse primeiro teatro da Amazônia saudou, em 1793, o nascimento da herdeira presuntiva do trono português, D. Maria Tereza.

Cuiará, também em área "amazônica", possuía sua "casa de ópera" movimentadíssima por sinal. Encenou até a comédia mais famosa da época: "O Saioio Cidadão" (12).

Mozart, Haendel, Bach e Haydn dominavam o século. Revolucionando a arte musical, Mozart abandonava os temas olímpicos da Antiguidade em favor da vida contemporânea e ainda introduzia o diálogo falado em "Don Giovanni", em "Le Nozze di Figaro" e em "Die Zauberflöte".

A música de Mozart refletindo a influência de Rousseau e retratando o século XVII, apresentava-se nos teatros ou "casas de ópera" do Brasil colônial. Onde? Quais casas? Nas Minas Gerais? Na Amazônia do cacau?

Nos grandes veleiros, atravessavam o Atlântico rumo ao Brasil, as pautas e partituras das músicas de Mozart, Haendel, Puccini e Jommelli. E penetravam nos teatros e nos lares onde houvesse um "cravo" ou "espineta", avós

do piano.

Chegavam particularmente às Minas Gerais, onde a cultura refletia sobremodo os avanços da Europa. Chamavam-na até "cidade dos pianos", isto é, dos "cravos", instrumento musical de cordas e teclado, predecessor do piano. Aliás, informa Laura Vergueiro, em sua obra já citada, que ali nas Minas os músicos formavam uma "comunidade respeitada" pois mulatos, na sua maioria e com certo grau de instrução, estavam atualizados em relação às novidades musicais européias, executando peças de Haendel, Mozart, Haydn, Boccherini, Jommelli e Puccini (13).

O nome dos dois últimos - Jommelli e Puccini - encontramos mencionados no texto do escritor Augusto de Lima Júnior em seu livro "O Amor Infeliz de Marília e Dirceu". Conta o autor, referindo-se à noite da celebração do noivado do poeta com a menina-moça Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília, o que se passou naquela noite de junho de 1789 no casarão de seus tios.

"De quando em quando, ou a noiva ou alguma de suas mais prendas das amigas, assentava-se à espineta (instrumento musical pa-recido com o piano) e acompanhava-se numa das cavatinas de Jommelli ou Puccini, então muito em voga" (14).

Que poderíamos dizer sobre a Amazônia a respeito desses clássicos da música do século que chegavam às Minas? Terão sido ouvidos cá também na região amazônica no século XVIII na "Casa de Ópera"? Nas casas particulares, par-tilhava Belém, como as Minas Gerais, dos frutos da civilização européia da época, no que tange à música, à literatura, à escultura, à pintura, à arquitetura? Ouviam-se-lhes enfim as sinfonias como em Vila Rica, São João Del Rei, Riboirão do Carmo?

Os indícios para a resposta são claros. Mas não disponho de elementos documentais mais precisos comprovadores da apresentação dessas peças musicais européias no Grão-Pará. Há, todavia, os indícios lógicos, evidentes, devido à própria função, vida e destinação da "Casa da Ópera", ou seja, do primeiro teatro amazônico destinado a "árias, dramas e comédias" (15).

Esses compositores, todos certamente, foram ouvidos na Amazônia do século XVIII. As melhores pistas nos são dadas pelo escritor amazônico Vicente Salles em seu livro "A Música e o Tempo no Grão-Pará", ao lembrar que na Amazônia setecentista a música também era "erudita", com ela vindo todos os "elitismos" portugueses para nossa cultura (16). Os indícios, portanto, estão claros, podemos insistir. É conveniente, todavia, considerar o que havia de telúrico na música nativa do Grão-Pará ao tempo da "Casa da Ópera", paralela-mente ao que fruía da raça européia.

Havia, ao lado da música erudita que vinha da metrópole, a música ameríndia brasileira. Entre nós, como a amazoníndia, havia a música de guerra dos silvícolas, as preces cantadas aos deuses e outras evocações míticas, de que nos fala Salles em sua obra. Há na Amazônia, diz o autor, registros documentado em notas musicais de algumas danças indígenas da Amazônia, como a Dança dos Mira, a dança dos Juris-Taboças, as Danças dos Miranhas, a Dança do Peixe dos índios do Rio Negro e um canto dos índios remadores do Rio Negro pautadas pelos viajantes germânicos Spix e Martius. Não se poderá obviamente esquecer a contribuição, na formação da música popular paraense do elemento africano que com o batuque influenciou a elaboração do carimbó, do sirriá, do chorado, do sairê, do retumbão e de tantos outros ritmos folclóricos de dança, canto e música da Amazônia setecentista.

VISÃO DESTE MUNDO E DO OUTRO...

Que lugar terá, o Barroco na História da Cultura e na Cultura Brasileira dessa centúria? Como ele terá se expressado na Cultura Amazônica setecentista? Que significou ela nas Minas Gerais do Aleijadinho? Enfim, como se comportou o Barroco entre nós e em todo o século XVIII?

Embora nascido nos fins do século XVI, o Barroco atingia sua maturidade somente no século XVIII, desfazendo-se somente aos pés do Iluminismo. Mas ele integra ainda o espírito animoso do século XVIII. Sua repercussão nas colônias será interessante, curiosa e rica. A vigência do Barroco coincidirá com a duração do nosso próprio período colonial, período de formação do povo brasileiro. Coincidirá cronologicamente com a Amazônia do Ciclo das Drogas do Sertão e com a Amazônia do Ciclo Agrícola. Século XVII e XVIII. É que no XVI só figurava, no mapa político-territorial português, o Brasil tordesilhano. O Tratado de 1494 havia arrebatado a Amazônia aos espanhóis. Adredemente.

Gerado na Itália, o Barroco teve influência prolongada até os meados do século XVIII nos países da Europa e nas colônias americanas, particularmente as portuguesas. Representará o Barroco sobretudo o espírito e a visão de mundo de uma época mais de agonia que de glórias. Além disso ele refletirá "lugar", onde atuou ganhando características locais como no Brasil mineiro e deixará interrogação e polêmica na Amazônia, em relação a Landi.

No Brasil ele influenciará o comportamento, as formas de pensar, sentir, ajudando a forma o ideal de liberdade, se bem o analisarmos na obra do Aleijadinho e o detectamos nos sermões de Vieira na Amazônia do século anterior. O Barroco aparece retórico nos sermões do grande frade jesuíta, pregando nas igrejas do Grão-Pará em púlpitos barroquíssimos do século XVII em que viveu.

De modo geral, é considerado o Barroco uma expressão artística da Contra-Reforma, inspirado que foi no Concílio de Trento como reação ao protestantismo galopante, galopando talvez mais em direção ao Iluminismo, dei-

xando, para o catolicismo, o Barroco que se deteriorava em Rococô, na área mais conservadora da Europa cristã.

Dai as relações entre o Barroco e a Companhia de Jesus, cuja influência sobre o Concílio levava o estilo arquitetônico a tomar o nome de "estilo jesuítico", pois o Barroco fora sobretudo eclesiástico, jesuítico, enquanto o Iluminismo será anticlerical, revolucionário, demolidor... Na Amazônia o estilo jesuítico aparecerá antes de Landi na paisagem vista por La Condamine: "des églises magnifiques" (1743).

Estando pois o Barroco ligado à ideologia tridentina, esta lhe dará mais força e consistência política. A ideologia, já vimos, será fornecida pela Contra-Reforma, ideologia que expressava um conceito de vida contra a Renascença laica, pagã, profana e não clerical. Essa "ideologia inquisitorial" atuará no Brasil, inclusive, de modo particular, na Amazônia. No Brasil o catolicismo ganha raízes e passa a ser realmente religião absoluta da Colônia, após as vitórias de Guararapes, que considero a verdadeira "Poitiers brasileira", movida contra o avanço dos "hereges" protestantes, no Nordeste açucareiro. O catolicismo na Colônia só descerá para a condição de "oficial" ou se já "religião de Estado", já com a implantação do Império, inspirado que foi no Liberalismo, do século XVIII que proclamava a tolerância e a liberdade religiosa e de consciência, pois os judeus só podiam continuar "judeus", os protestantes, "protestantes" os espíritas, "espíritas", na fase da Independência, no século XIX. Jamais até no século anterior.

Baseada na visão tomista de mundo que no fundo era visão tanto "deste" quanto do "outro mundo", a ideologia tridentina entregara à época e à arte barrocas uma fisionomia trágica do homem situado entre o céu e a terra, premido entre os apelos naturais da carne e faminto de respostas para questões eternas, nascido, sem tê-lo desejado, traumatizado porém pela certeza da morte inelutável; desafiado pela efemeridade da vida, suspirando todavia pela promessa do perene e devendo, diante de tudo isso, permanecer forte, estoico, de acordo com os conselhos e admoestações das cartas ou dos evangelhos a exemplo da sempre lembrada: "Vigiai e orai, para que não entreis em tentação: o espírito, na verdade está pronto, mas a carne é fraca" (Mateus, 26.41).

Semelhantemente aos tempos medievais, quando se temia o fim do mundo ao chegar o ano 1000, procurava-se incutir no homem a noção severíssima do pecado, acrescido, de um quase desprezo até mesmo horror, nojo, pelo mundo material, efêmero, concupiscente, atraente, enganoso... Ao mesmo tempo alimentava-se o medo terrível da morte, vista sempre como tenebrosa. Lembrava-se sempre, nos púlpitos, o pavor das chamas incessantes do fogo eterno do inferno, já descrito tetricamente por Dante na "Divina Comédia":

"Per me si va ne la città dolente,
Per me si va ne l'eterno dolore"

Na verdade, depois do pecado (que dependia da absolvição pelo padre, com a penitência) não havia mais salvação para o pecador, pobre mortal! Pois

lá estava escrita às portas do inferno, de Dante, a advertência tenebrosa:
 "Lasciate ogni speranza voi ch' entrate"

Procurava-se e conseguia-se com isso arrebatado a alma do homem para o paraíso celestial por meio exatamente da conquista do seu pensamento, de sua imaginação, de seus sentidos e de seus passos. Daí todos os recursos de hipnose que o Barroco usava com os efeitos de ornamento e do espetacular nas igrejas barrocas, como se fosse antecipação visual do céu, daí a pompa dos templos católicos, pompa mágica também no verbo inflamado peripatético dos pregadores naqueles púlpitos gongoricamente trabalhados para impressionar, pelos olhos, as almas sensíveis.

O altar-mor da Igreja do Carmo em Belém, situada não longe da foz do Anazônas, é bem um reflexo desse rebuscamento típico do Barroco. Apesar da remodelação das Igrejas, na centúria seguinte, foi mantido esse altar-mor barroco do século XVII da Igreja do Carmo, todo de madeira.

A música barroca, refletiria, por outro lado, as contradições do homem do século. Diz-se mesmo que a música barroca em geral apresentava, em toda parte, a mesma extravagância observada na escultura ou na pintura. Tem-se dito que na música o Barroco nunca teve definição. Te-la-ia Rousseau definiu-o como "aquela cuja harmonia é confusa, carregada de modulações e dissonâncias", sendo o canto "duro, pouco natural" e de "intonação difícil e movimentos constrangidos". Refletia antes de mais nada a própria contradição humana do século e os conflitos do homem saudosos do paraíso perdido e seduzido pelas tentações da carne e pela dúvida... dúvida entre o aqui e o além, dilema entre o agora e o porvir, conflito entre o desejo e o pecado.

BARROCO ENTRE PRANTOS E REZAS

O colonizado habitante de Belém amazônica nem precisava atravessar o Atlântico, deslocar-se até a metrópole ou mesmo às cidades mineiras para conhecer de perto a magistral arte barroca do século. Ela estava nítida também na Amazônia. Da capital passara ao interior, aparecendo nas igrejas de Vigia, Vila do Conde Barcelos, "...des églises magnifiques".

São barrocos na região amazônica os templos mais recuados, no tempo, como os do século XVII, quando começou a história da própria Amazônia mestiça. São rigorosamente barrocos todos os anteriores a chegada de Landi, cujo estilo o professor Sobral (17) afirma ser variado, indo do Barroco ao Neoclássico. Um exemplo de Barroco riquíssimo é o primitivo altar-mor da Igreja do Carmo em Belém, todo em madeira como de madeira é a bellissima imagem de Cristo na Cruz, na Igreja barroca da Madre Deus, em Vigia. No mesmo estilo barroco é a Igreja de São João Batista, ainda de pé, em Vila do Conde que se compara à do Carmo e na qual dizem ter estado o padre Vieira.

A nova cultura européia do século XVIII, irradiando-se pelo mundo colonial, atuava impositivamente sobre a embrionária Cultura Brasileira refletindo no Grão-Pará e nas Minas os avanços técnicos e intelectuais do Velho Mundo imerso em transformações trazidas pela revolução tecnológica mercantil. Através, por exemplo, dos grandes veleiros com canhão, expandia-se a navegação facilitando o domínio europeu do mundo, submetendo culturalmente os povos à sua maneira de pensar e de produzir. E nesse sistema de expansão figurava a Amazônia receptora continuada da cultura européia, ainda que assimilando refratariamente essa cultura, pelo condicionamento ecológico e de "contexto externo", para usarmos uma expressão de Ribeiro, em oposição a expressão "contexto metropolitano" dentro do conceito de processo civilizatório (18).

Nasce o povo brasileiro sob o signo do Barroco o qual deixará marcas indelévels na alma brasileira, na sua sensibilidade em geral, no fervor de sua religiosidade, na ingenuidade de suas ladainhas populares cantadas e rezadas quase sempre num latim despretensiosamente pronunciado à maneira brasileira do sertão, na imitação do padre que celebrava as missas na castiça língua dos primeiros Papas: o latim.

O Barroco está entretanto ainda presente no sorrir, no chorar, nas promessas feitas pelos fiéis, para serem cumpridas; nos "círios" (19) fluviais e terrestres da Amazônia, onde a santa padroeira é sempre a "Senhora das Águas" (título de poema de Salomão Laredo) unindo romeiros da Virgem de Nazaré. Ele está presente nas procissões de Vila Rica, descendo ladeiras pedregosas na concorrida procissão de Corpus Christi na qual o povo mineiro buscava consolação.

O Barroco "inquisitorial" apresentava o seu aspecto violento na atuação do Santo Ofício no Brasil açucareiro, tempo de absolutismo religioso anti-judaico da Colônia. Transformava-se entretanto o Barroco em arma de justiça e do piedade na voz de Vieira na Amazônia no século XVII:

"... porque melhor é sustentar-se do suor próprio que do sangue alheio."

Foi no tempo de Vieira, ainda no século XVII que se perpetrou, no Nordeste açucareiro, o sacrifício da lendária jovem Branca Dias, acusada de judaísmo pela Inquisição e condenada ao sacrifício pelos braços do Santo Ofício (20). Mas a posição de Vieira (21) na sua oratória barroca sempre fora de defesa não só do índio e do negro - o que já era espantoso para a época - mas também dos judeus:

"Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo?"

O próprio Vieira acabara preso em Belém por causa de sua postura política em seus sermões dos quais se contam só em Belém pelo menos quatro: Sermão da Primeira Oitava da Páscoa", pregado na Matriz de Belém, em 1656, "Ser

mão na Madrugada da Ressurreição em Belém" (cujo local se desconhece), "Sermão da Ressurreição de Cristo", na Matriz de Belém, 1658 e "Sermão de Nossa Senhora da Graça", na Matriz de Belém (sem data). Todos em estilo inconfundivelmente barroco.

Em suma, participou o Barroco, desde o século anterior, da formação do caráter e da índole do povo brasileiro. Fazia-se presente em todos os conflitos. Traduzia messianismo. Aparecia nos réquiems do Padre José Maurício do século XVIII; na obra do Aleijadinho; nas igrejas primitivas da Amazônia, do Maranhão, de Recife, Salvador, Vila Rica, em todas as cidades de mineração e de agricultura.

Ao atingir as Américas, o Barroco manteve a mesma característica de revelia às normas ou regras pré-estabelecidas. Terminou ganhando forma e expressão própria no Brasil. Clerical, na Amazônia, não o será totalmente nas Minas, no que se refere à estatuária do Aleijadinho, que se vingará do padre e dos militares portugueses como se fosse Jesus castigando os soldados romanos e os sacerdotes judeus (Gilberto Freyre em "Novo Mundo nos Trópicos") por meio da deformação anatômica proposital.

SUSPIROS ÁRCADES NA AMAZÔNIA

Eram dois mundos, no século XVIII, "Grão-Pará" e "Brasil". Duas colônias autônomas. Minas e Grão-Pará, em particular, foram dois processos civilizatórios distintos. Numa o ouro, noutra o cacau como moveis econômicos do desenvolvimento comercial regional.

Os influxos da Europa setecentista fizeram-se sentir sobre os dois Brasis na sequência: Barroco, Arcadismo, Ilustração e Pré-Romantismo. Porém essa sequência, verdadeira para o Brasil tordesilhano (Minas, Pernambuco, Bahia, etc...) não é rigorosamente a mesma para a Amazônia pombalina ou pré-neoclássica. Verificou-se aqui, pelo contrário, um "salto" ou mais tecnicamente falando, uma "atualização histórica" também em termos de produção artística. É que a arte grão-paraense do tempo do cacau, adiantara-se à arte das Minas Gerais, Rio de Janeiro, Salvador. Isto é, o Barroco aqui cederá lugar ao Neoclássico, porque a Amazônia não experimentará o Rococó. Salta da influência portuguesa barroca para a neoclássica italiana: é o estilo "pombalino" que substitui o "jesuítico". Esclarecendo melhor: não há Rococó expressivo intermediário, na arquitetura da Amazônia nesse período tão mercante. Há imagens de santo nesse estilo que podemos encontrar, por exemplo, fora dos altares da Igreja do Carmo, guardadas na capela ao lado. Mas ao lado disso já na literatura aparece a poesia arcáde na Amazônia através de Tenreiro Aranha principalmente:

"Tutelar Gênio, que o Pará proteges
A que alto destino, e fim me ordenas
Que deixando o meu doce domicílio,
A gruta fresca em que descansas há séculos.

Hoje venha pisar as duas margens
Do Gusjará, que só mortais habitam?"

O soneto mais famoso do arcade amazônida será o "A Maria Bárbara" que comentaremos noutro capítulo deste ensaio.

Já o orador-poeta dessa fase será Felipe Patroni, filho de um lavrador do Acará, o qual projetará uma oratória poética num misto de Iluminismo e Arcadismo. Patroni não será anticlerical, será todavia um veemente revindicador das causas da Província. Verberará nas Cortes por um melhor tratamento para o Brasil e em particular para o Grão-Pará, cujo ambiente de crise e inquietação ele bem conhecia, findo e apogeu do cacau. Patroni cobrava as promessas feitas pelo movimento constitucionalista do Porto, que ele apoiara em Belém levantando sua voz aqui e depois além-mar na presença do rei, dedo em riste, nas Cortes em Lisboa. Nota-se na retórica do orador a tendência à violência típica da rebeldia barroca reprimida pela idéia humanística do liberalismo, emoldurado pelo evangelhismo:

"Na espada e só na espada encontra o justo
Mas tem das comoções sempre receio
Ah! só a Igreja, sem causar um susto,
Impõe seu jugo com um simples creio.
Caem tronos enciãos, parece gente,
Só o evangelho dura eternamente"

RENASCENÇA NO GRÃO-PARÁ

Comparado ao Iluminismo e ao Arcadismo conclui-se que o Barroco foi a corrente que mais influenciou e se emaranhou na alma brasileira, iluminando-lhe a cultura desde a elite até a camada humilde entre mamelucos e escravos. Segundo especialistas de arte do século XVIII o que se produziu, em arte, no Grão-Pará não foi rigorosamente "barroco" no que se refere naturalmente à arquitetura. A polémica é tão intensa que alguns chegam a admitir que o estilo da arquitetura da segunda metade do século é "renascentista". Teria a Renascença chegado com efeito retardado à Amazônia portuguesa? No estilo literário, seria "camoniano" o poema "A Multrada"?

Na verdade a tendência é acreditar-se que nem "renascentismo" nem "Barroco" predominou nessa arte do século. Pelo contrário, converge a maioria dos autores para a tese segundo a qual foi mesmo aqui, por Belém, que começou no Brasil o Neoclássico, através do arquiteto régio Giuseppe Landi e não com a chegada de Montigny no Recife, Rio de Janeiro, etc...

Realmente a arte grão-paraense, contemporânea do Aleijadinho das Minas não é totalmente "barroca" como fora no tempo de Vieira. Enquanto o Barroco se aprofundava nas Minas criando na estatuaria uma arte de valor universal (reconhecida hoje pela ONU) erguia-se na Amazônia a arquitetura landiana indefinida para uns entre Barroco, Tardo-Barroco e Neoclássico.

A polêmica permanece entre autores como Germain Basin, Donato Mello Junior, Mário Barata, Augusto Meira Filho, Leandro Tocantins, mais recentemente, ingressando no debate, a professora Maria de Lourdes Sampaio Sobral, da UFFa. (22). Todos todavia são unânimes em concluir que o Neoclássico de Landi antecipa-se ao de Montigny que só veio mais tarde com D. João VI no Brasil. Dessa forma, podemos dizer que houve dois Barrocos na América portuguesa: o mineiro e o amazônico. O "mineiro" é praticamente o mesmo modelo da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro. O "amazônico" é único, pois não vem por via portuguesa, mas direta da Itália. Será Neoclássico? Será Renascentista? Tardo Barroco?

Uma coisa é verdade: o Barroco mineiro do Estado do Brasil é adaptação portuguesa, enquanto o do Grão-Pará vem direto da Itália, onde Giuseppe Landi fora discípulo de Borromini, o mestre da nova escola. O estilo do "Palácio" e dos palacetes da época, igrejas, residências, capelas não são "barrocos" propriamente ditos. Seriam no mínimo "tardo-barrocos", no máximo "Neoclássicos". Mas Maria de Lourdes Sobral defende a tese de que Landi usou mais de um estilo. Ele ia do Barroco ao Neoclássico. Esta teoria, parece-me, dá nova direção ao grande debate entre a arte amazônica e a mineira.

Alguns críticos de arte encontram na arquitetura grão-paraense - já dissemos - algumas características do classicismo renascentista. Com sua impressão de calma e tranquilidade, ela refletirá na Amazônia a dominação pom-balina. Traduzirá o espírito da Contra-Reforma, diferente, neste aspecto, da escultura mineira, de evidente rebeldia, visível nas deformações anatómicas das estatuas feitas pelo Aleijadinho tão sisudas e admoestadoras.

O CORONEL E O ARTISTA

Nas Minas, o Barroco funcionará como ferramenta revolucionária, ideológica, doutrinária. O Aleijadinho dirá através do cinzel e do amrtelo o mesmo que Vieira dissera antes nos sermões ou Gregório de Matos nas suas sátiras do século XVII:

A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar cabana e vinha;
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um bem frequente olheiro,
Que a vida do vizinho e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha,
Para o levar à praça e ao terreiro

Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos sob os pés os homens nobres,
Postas nas palmas toda a picardia,

Estupendas usuras nos mercados
Todos os que não furtam muito pobres:
E eis aqui a cidade da Bahia.

Em todos eles o Barroco apresentava-se como estilo ou expressão de consciência de uma época, expressão das glórias e agonias do século. Mas nas Minas Gerais o grito barroco está vivo na postura e na fisionomia dos profetas de Antônio Francisco Lisboa. Daí o valor universal do Barroco mineiro.

O sociólogo Gilberto Freyre observa que nas deformações anatômicas propositais das estátuas do Aleijadinho, o artista ironizava, castigava a "quem lhe estivesse no pensamento" no momento de execução da obra, isto é visível no exagero dos narizes. Exemplo bem eloquente disso é o caso da estátua de São Jorge montado a cavalo, tamanho natural, esculpida especialmente para a procissão do Corpus Christi, encomendada pelo governador que antes convidara o artista a vir à sua casa tratar do assunto, nos seus mínimos detalhes.

O Aleijadinho, ao chegar, foi entretanto, tratado mal pelo ajudante de ordens, coronel José Romão que o humilhou desnecessariamente ao mostrar-se espantado com o aspecto feio do gênio das Minas.

Mas a pronta chegada do governador evitou o agravamento do incidente, entrando logo no assunto: a estátua de São Jorge deveria ser a mais autêntica possível, tamanho natural. E, teria o governador nesse instante, apontado para o coronel como exemplo de tamanho. A imagem, para impressionar mais, deveria ter molas nos joelhos para que movessem as pernas e pés no estribo. Durante a descrição do governador, brotava na mente do artista a vingança adequada.

Dia de Corpus Christi! Lá ia o povo pelas ruas, descendo e subindo as ladeiras de pedras chatas de Vila Rica, e ao meio da multidão a estátua de São Jorge no andor. Foi aí então que o povo começou a rir, rir, percebendo, na fisionomia caricaturesca da estátua do santo, a cara idêntica do coronel ajudante de ordens, com seu nariz avantajadíssimo:

"O São Jorge que ali vai
com ares de santarrão,
não é São Jorge nem nada,
É o coronel Zé Romão".

Isso ocorria nas Minas, pois no Grão-Pará não se verificava essa ironia contra o poder colonial. Nem na poesia, nem na estatuaria de santos nem na arquitetura. Não havia nenhum "Boca do Inferno" senão às vésperas da Cabanagem (23). Havia "Boca do Sertão", nada mais. Tudo acabou explodindo mesmo na Cabanagem, a revolução de maiores proporções em todo o Brasil, pois ela se parou a Amazônia do resto do Império brasileiro.

SEMENTES DO DESVAIRISMO

Na formação da consciência brasileira, em particular da consciência nacional política e cultural, entremearam-se as três correntes: a barroca, a iluminista e a arcada. Delas o Barroco continua sendo a mais duradoura, pois ela fecundaria o próprio modernismo desvairista brasileiro, isto é o espírito rebelde que explodirá na Semana de Arte Moderna de 1922, ávida por criar uma arte nacional autêntica, mas sem na verdade poder desvincular-se totalmente das raízes do passado, seja indígena, seja europeu: ávida por uma arte do "progresso", preocupada ou assustada com a maquina, que ingressava no universo cultural brasileiro do século XX.

As raízes do modernismo brasileiro bem podem estar presentes na obra escultórica do Aleijadinho e também na sátira poética de Gregório de Matos e porque não dizer, no brado de Patroni, o Amazônida. Segundo Freyre, o Modernismo estava nascendo quando o Aleijadinho deformava a anatomia humana, de propósito, a exemplo de que fizera com a estátua de São Jorge para a procissão de Corpus Christi. Essa semente modernista tardará na Amazônia, considerado o rigoroso sentido do espírito da Semana. Mas agora de fato à Amazônia, onde já se produz um "desvairo regional" na obra de escritores como Marcio Souza, Vicente Cecim, Benedito Martins e outros.

LANDI, ALEIJADINHO E MONTIGNY

No Grão-Pará a arte de Landi vai refletir a dominação mercantil lusitana sobre a terra e sobre o colonizado. O problema dessa arte está na dúvida se ela é uma forma de Neoclássico, se é Barroca ou se é uma espécie italo-amazônica do Renascimento. Convicta em suas pesquisas, a professora Maria de Lourdes Sampaio Sobral, da Universidade Federal do Pará, em sua tese "As Ordens religiosas e o Barroco no Pará", mostra a polémica que se desenrola a respeito dessa arte local entre especialistas como Robert Smith e Germain Basin. A autora escreve que na igreja de Santo Alexandre os púlpitos construídos nas oficinas jesuíticas do Pará vem gerando polémicas entre os dois citados estudiosos. Enquanto Smith afirma que os púlpitos foram construídos segundo os moldes do Barroco austríaco, Basin defende a tese de que as peças foram inspiradas nas igrejas barrocas de Sevilha. Na verdade, Maria de Lourdes Sampaio Sobral sustenta a tese de que o estilo de Landi não foi único, homogêneo, porém multifário, isto é, seus desenhos arquitetônicos tendiam, ora para o Barroco, ora para o Neoclássico. Um fato porém é reafirmado pela pesquisadora paraense da UFFa: foi pelo Grão-Pará setecentista que penetrou no Brasil o Neoclássico e não na época de Dom João VI nas áreas do café e do açúcar, com a Missão Francesa que trouxe Montigny.

Ambos - Aleijadinho e Landi - são expressões reveladoras de gênio pessoal. Na carranca dos "profetas" do Aleijadinho estampava-se a reprimenda contra as injustiças do século: o ralho contra o impiedoso preconceito da cor, a admoestação contra a exploração de uma raça. A agonia das Minas veste-se ou

reveste-se de glórias graças a arte barroca do Aleijadinho. A arte revolucionária do Aleijadinho refletirá a consciência popular dos oprimidos; aprofundará o caráter nacional que, como consciência de todos, supera, nesses instantes, os interesses e competições de classes, pelo interesse maior e comum da nacionalidade. A obra de Landi no Norte não é menos indicativa de prosperidade (agrícola) quanto a do Aleijadinho o forá da prosperidade mineira.

OPULÊNCIA OU MISÉRIA?

Muito já se pensou, enganosamente, que tudo nas Minas Gerais fora opulência enquanto, nesse mesmo tempo, tudo fora miséria e abandono no Grão-Pará, para usar as duas palavras empregadas por Vieira no século XVII. Na verdade o apogeu do ouro das Minas coincide com o período da agricultura no Grão-Pará embora o apogeu desta coincida com a decadência daquela. O mito da opulência das Minas já foi desfeito pela escritora Laura Vergueiro no seu livro "Opulência e miséria das Minas Gerais". A autora escreve: "As Minas do século XVII foram uma capitania pobre. Constituíram exceção alguns senhores opulentos de lavras... (24).

O mito da visão edênica da riqueza e opulência das Minas é esvaziado pela autora, ao informar que no primeiro momento das Minas de Ouro, além de tumultos, de crimes e convulsões de toda sorte, verificaram-se ali crises generalizadas de fome e de carestia de alimentos: "A fome provocou o abandono de inúmeros arraiais, como o de Ribeirão do Carmo e o da Serra de Ouro Preto" (25). O movimento da Cabanagem, que ocorrerá no Grão-Pará em crise, poderia ter explodido nas Minas Gerais ao tempo da "Derrama".

Nesse mundo mineiro onde a camada dos homens livres miseráveis era predominantemente mestiça a negra"... a riqueza ilusória do ouro trazia, atrelada a miséria, a estrutura econômica premiando a poucos e castigando a maioria" (26).

O emprego diferente de material de construção não indicava superioridade das construções eclesiásticas ou civis de Minas em relação às do Grão-Pará. Jazia muita pedra (minério), na Amazônia, oculta e disfarçada sob a floresta. Mas o material com que se construíram templos do Grão-Pará e das Minas, foi diferente não porque as Minas fossem mais opulentas, ou mais avançadas, mas porque a geografia, o relevo, a ecologia permitiam vias de acesso a meios de transporte diferentes. "Dizem alguns estudiosos da arquitetura mineira - escreve Vergueiro - que o largo emprego da pedra-sabão de ocorrência local, deveu-se ao fato de se quebrarem na viagem pelos montes mineiros as pedras de liós que vinham do Reino destinadas às construções (27).

Para a Amazônia não houve obstáculos com relação à vinda e penetração das pedras de liós. As estradas líquidas facilitavam o acesso, Amazônia a dentro, a lugares longínquos como Barcelos, no Amazonas. Vinham elas pelo Atlântico, transportadas nos grandes veleiros e desembarcavam nos portos cacau

eiros da Amazônia. Elas ainda se encontram visíveis nas construções do século. O Grão-Pará do cacau é contemporâneo da opulência e da decadência mineiras. Mais da decadência que da opulência. Enquanto o ouro declinava, crescia a produção do cacau no Grão-Pará pombalino e landiano. E para aqui voltaram-se as esperanças de Portugal o qual passou a guarnecer a região militarmente, construindo e reconstruindo fortes, a ponto de vir a tornar-se o Grão-Pará o último baluarte português nas Américas: Belém só cairia um ano após proclamada a Independência. Portugal concentrara aqui um projeto agrícola com grande empresa, cultivando o cacau que era silvestre, fortalecendo militarmente a região, mandando para governá-la "governadores" com verdadeiro poder de "vice-reis", e intensificando o processo de aculturação, impondo antes de mais nada a língua portuguesa e proibindo cada vez mais que se falasse, o nheengatu. Vivia o Grão-Pará na segunda metade do século, os seus maiores dias, desde a fundação de Belém em 1616.

Enaltecendo essa prosperidade, ao exaltar a capital do Grão-Pará agrícola, o poeta Filipe Patroni, já no século XIX às vésperas da crise regional próxima, ironizava as Minas em sua agonia:

"Oh! que tu com efeito, Belém santa,
Não és a mais pequena dessas terras
Do Império do Brasil, pois tudo encanta
Alta piedade que abundante encerras:
Posto que o gênio do teu solo espanta
Indoutos charlatães, que, lá nas serras
Da Mantiqueira, Cubatão e Estrêla,
Vivem dos versos à Marília bela" (28).

O nome ou pseudônimo "Marília" ainda hoje é símbolo da glória e do romantismo mineiros vividos na civilização do ouro. De fato, quando o poeta do Acará - Patroni - escrevia seus versos "Vivem dos versos à Marília bela", já Minas Gerais amargava o trauma do esmagamento político e da decadência econômica. Findara-se o sonho mineiro. O Grão-Pará vivia agora seus dias de opulência, mesmo efêmera. Estes versos de Manoel Bandeira, retratam, como epítáfio, o que ficou das Minas, contemporânea do Grão-Pará.

"Que resta do esplendor de outrora? Quase nada:
Pedras... templos que são fantasmas ao sol-posto.
Esta agência postal era a Casa de Entrada...
Este escombros foi um solar... Cinza e desgosto;" (29).

OURO & CACAU

Quem sabe se a razão dessa diferença entre as culturas de Minas do Grão-Pará não está no fato de ter-se encerrado mais cedo nas Minas o ciclo do ouro e ter-se prolongado mais tempo, na Amazônia o ciclo agrícola do cacau que ainda penetra o século XIX?. Aquilo que costumamos chamar "Civilização do Cacau na Amazônia" sucede à Civilização do Ouro das Minas, configurando duas civilizações regionais no Brasil: a do ouro e a do cacau.

O cacau estava ainda altamente cotado no comércio internacional quando declinava a exportação do ouro das Minas. Todo um projeto agrícola volta-se para o Grão-Pará inclusive com organização de poderosa empresa monopolista que fora a Companhia Geral de Comercio do Grão-Pará e Maranhão.

Não há outro meio de compreender-se na Amazônia de Landi nem tanta arte nem tanta preocupação militar e econômica senão pela prosperidade agrícola, com os fortes erguendo-se para proteger as plantações. Não encontro outro motivo para compreender-se os efeitos culturais na paisagem vistas desde La Condamine a Landi senão na concretização de um projeto global de dominação da região onde o planejamento econômico articulava-se com o projeto cultural. Há de perguntar-se: por que no Grão-Pará a maior fortaleza colonial do Brasil da época?

Como explicar todo esse empenho administrativo da época pombalina e pós-pombalina na região, senão pela importância da riqueza produzida? Que economia merecia ser tão protegida pela companhia encarregada de manter as guarnições nos fortes? Qual enfim o "staple" que promovia a colonização intensiva da Amazônia no século em que mais sistematicamente cruzou-se o branco, com a nativa, formando o núcleos das famílias paraoaras? A resposta está na agricultura planejada dirigida feita nesse espaço de tempo. Alden e Barata responderiam mais especificamente: o plantio e a comercialização do cacau no mercado externo.

Crescia a produção do cacau na Amazônia na medida em que declinava a produção do ouro nas Minas. Um fato todavia deve ser observado: entre todas as drogas do sertão ou sejam entre os produtos silvestres da Amazônia só o cacau não ficou na mera coleta (30). Pelo contrário, de bravo passou a manso, isto é, de nativo passou a ser plantado. Com ele surgiram as fazendas de plantio de cacau, sempre ao longo dos rios, aproveitando a várzea. Dessa realidade ecológica resultou o romance de Inglês de Souza: "O Cacaalista". Até o padre entrara no negócio rendoso a ponto de Pombal não gostar disso, tendo mandado confiscar-lhes as fazendas.

Enquanto isso, traumatizadas, as Minas choravam o fim do seu esplendor. Só mais tarde decairia também o Grão-Pará, tornando-se um dos três focos da Independência. A crise, a oratória inflamada de Patroni, o aparecimento de uma imprensa regional/nacionalista eram as primeiras nuvens da Cabanagem que se arrumavam no horizonte. A palavra "cabano" que lembrava o morador de "cabanas", humildes choupanas da Amazônia, passará a significar "revolucionário", assim como na Itália, a palavra "carbonário" também passará a ter esse novo sentido. "Carbonário" como sinônimo de "revolucionário" virá do fato dos revolucionários italianos reunirem-se em habitações humildes de produtores de carvão (carbone)

A QUEM SERVIU O ILUMINISMO?

Convém situar-se para a História da Cultura ou, para a Cultura Bra-

sileira e para a amazônica, o que é, e o que foi o Iluminismo ou Ilustração em si, antes de examinarmos suas influências na formação das culturas mineira e amazônica. O Iluminismo é definido por Ferreira Carrato como sendo um movimento cultural de características racionalistas e empíricas, com bases no Renascimento e na Reforma, raízes que penetram na Idade Média e na Idade Moderna (31).

Impulsionada pela burguesia, quando ainda classe baixa, consolida-se a Ilustração nas obras dos autores dos séculos XVII e XVIII. Seus elementos organizacionais eram filosóficos, religiosos, econômicos, políticos, sociais, científicos e artísticos, que impregnaram a sociedade européia crente e esperançosa de uma nova ordem no mundo. O que propunha afinal o Iluminismo? Como terá repercutido essa ideologia no Grão-Pará pré-cabano e nas Minas Gerais?

Em seus objetivos propunha-se a Ilustração a ser a luz verdadeira da razão humana; visava achar o "plano ideal da natureza"; acreditava-se com ela no novo direito, na justiça restaurada, na nova religião (que era deísta), na nova moral natural, enfim estabelecer-se-iam bases para uma nova política que promoveria "súditos e vilões em cidadãos" (32).

A Igreja estava entre as instituições visadas pelo Iluminismo, que era decididamente anticlerical, especialmente na França. Em Portugal, entretanto, o Iluminismo assumirá características diferentes. Não será de início anticlerical. Intelectuais portugueses permanecidos nos países ilustrados, ao levarem o movimento para Portugal, suprimiram o anticlericalismo original, isto porque os primeiros a levarem o Iluminismo, para lá, eram padres e como tal era óbvio não esperar-se o contrário.

Carrato escreve que o espírito desse Iluminismo em Portugal não era revolucionário, nem anti-histórico, nem anti-religioso como o Iluminismo francês. Será essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. "Portugal - escreve Carrato se fez eco desses ideais transformando-os para a realidade de um programa político de governo. E o governo que se propôs a realização desses ideais foi o de D. José I, que, a partir de 1750, sucedia ao de D. João V" (33).

Não o rei, mas o ministro do rei de Portugal - Pombal - estará catalogado entre os esclarecidos déspotas da Europa, todos eles atentos e influenciados pelo Iluminismo. E é por esse começo de festa que o Iluminismo acabará chegando à Amazônia.

Na Amazônia, o Iluminismo será também anticlerical, como na França, e será também "colonizador" no sentido de dominação. A ideologia apresenta, como se vê, várias adaptações. Ajusta-se politicamente em cada lugar. Na Amazônia pombalina o Iluminismo será reformador, mas não revolucionário.

PADRE, COLONO & REGIME

Reinou Dom José I durante a execução do primeiro programa ou proje-

to definido de colonização da Amazônia, mas aí não faltou o conflito com os padres que poderiam pôr em xeque os planos de Pombal na região. Para isso mesmo o rei convocou o Marquês para assumir o lugar de ministro todo poderoso, "déspota", porém "esclarecido", de acordo com o entendimento da época. Sua ação irá influenciar em consequência a cultura e os destinos da Amazônia. Sebastião José de Carvalho e Melo, o ministro de Dom José I, será odiado por padres jesuítas e aplaudido por muitos colonos. Convicto de sua missão e de sua posição de partidário fervoroso do Iluminismo, doutrina que alimentava a ideologia dos déspotas esclarecidos, seu lema também, era: tudo para o povo, mas nada através do povo. Pombal acreditava na nova ordem e assim ele instaurou o "regime iluminista do despotismo esclarecido" (34). Mas, segundo o historiador Carrato, a tônica dessa ação político-administrativa de Pombal será preferencialmente dada pelo reformismo pedagógico", paradigma do movimento iluminista em toda a Europa. Esse reformismo realizou-se na região quando a escola saíu das mãos dos padres e dessacralizou-se nas mãos do leigo.

O anticlericalismo de Pombal materializar-se-ia na Amazônia através da ação de seu irmão nomeado governador com amplos poderes para agir: Mendonça Furtado. O perfil do governador da Amazônia desse tempo é indistintamente de um "vice-rei", o que mostra que a região (ou capitania) na verdade era um Vice-Reino não declarado, razões talvez estratégicas...

Tão importante era o Grão-Pará na época, que Pombal confiou aquele cargo a um irmão. Mas não satisfeito, ainda nomeou um sobrinho - Joaquim de Melo Povoas - para governar a recém-criada Capitania de São José do Rio Negro na parte mais ocidental da região, próxima das colônias espanholas, concorrentes tradicionais dos portugueses nas Américas. O longo braço do ministro do poderoso estendia-se assim desde Lisboa, atravessava o oceano e vinha mergulhar nas águas amazônicas, alcançando na várzea o seu concorrente cultural e econômico: o padre. Até no plantio e na exportação do cacau o padre concorria, com eficácia, com o colono. Também tinham plantações de cacau e outros produtos. Prósperas fazendas eclesiásticas serão confiscadas pelo governo lusitano.

Na verdade a região viveu nesse momento a tendência a tornar-se um segundo império português; pensou-se em Portugal, transferir-se a Corte para o Grão-Pará. Eis aí também uma das explicações para a majestuosidade do edifício construído para "Palácio dos Governadores", destinado a receber toda a Família Real portuguesa. Também dessa perspectiva política, pode-se compreender a ação contra os padres até a expulsão dos mesmos já que havia quase um poder aparte dos padres na Amazônia, muito bem instalados em suas Missões onde o colono não tinha permissão de entrar. A represália foi a secularização das Missões, e a criação do Diretório, ou seja os governos desses "aldeamentos" transformados em "vilas" e dirigidas ora por colonos, ora por índio. Na verdade por trás disso estava a realidade de uma nova tecnologia, a da Revolução Mercantil que penetrava na Amazônia explorando-a inclusive mediante a técnica agrícola avançada da Europa. No campo econômico, as duas Companhias - a de Jesus e a de Comércio - disputavam o domínio do mesmo produto principal

de exportação, que era o cacau, verdadeiro "ouro do Grão-Pará", destinado ao fabrico e consumo da melhor bebida que eram os licores. Segundo o "brazilianist" Dauril Alden, como verdadeiro "staple" da colonização, o cacau garantiu a prosperidade amazônica do século XVIII (35). Já não se falava nesse tempo como no tempo em que Vieira escreveu: "Não plantam no Brasil" referindo-se ao Grão-Pará do século XVII. O único produto silvestre nativo da Amazônia que recebeu no Brasil todo o tratamento exploratório com a tecnologia européia da agricultura foi o cacau plantado. O café e a cana-de-açúcar haviam sido importados. Não eram nativos. Desde o princípio da colonização, no Brasil plantava-se o que vinha de fora, extraía-se o que era silvestre como o pau Brasil e as drogas do sertão. Mas o cacau que antes era "bravo" acabou "manso", isto é cultivado em fazendas da Amazônia em vastas plantações. Os padres também tinham imensos plantios de cacau (36). Mas o rei ordenou que lhes fossem tiradas as "Fazendas de sua propriedade" e fossem revertidas à Coroa (Conforme Aviso de 2 de agosto de 1757) (37).

PEDAGOGO ILUMINISTA NO GRÃO-PARÁ

A ação enérgica do governo metropolitano contra os padres na Amazônia resume-se basicamente em três pontos práticos: afastá-los do ensino, confiscar-lhes as fazendas e finalmente expulsá-los do sertão amazônico. Com isso o padre perderia o controle total da cultura e também a sua participação na exploração econômica da região.

As Missões foram secularizadas e transformadas em vilas e lugarejos com nomes de cidades portuguesas como Bragança, Santarém, Ourem, Viseu e passando a possuir juizes ordinários, vereadores e oficiais de justiça (escolhidos sempre que possível entre os índios residentes) ereção do pelourinho, eleição de vereadores, investidura de magistrados, abertura de livros da Câmara (38).

Os jesuítas antes controlavam a formação e a educação de toda a juventude em Portugal e suas colônias. Pombal tomou-lhes das mãos esse poder de influência e proscree todas as escolas jesuíticas, passando a realizar a reforma do ensino de humanidades em todo o reino, originando-se daí na Amazônia a nova orientação escolar. Começaram a aparecer na região escolas leigas e em consequência chegarão ao Grão-Pará professores leigos, assalariados pelo Estado português. Um deles, pedagogo concursado, veio nomeado em 1760: o pedagogo Euzébio Luiz Pereira Ludon que permaneceu oito anos no Grão-Pará, mas deixando um discípulo ao regressar (39). O governo luso enviava esses "Mestres Régios" concursados para todo o reino. Mandou-os também para a Bahia e para Pernambuco além da Amazônia.

Com esses professores régios surgiram na Amazônia as primeiras escolas de ler e escrever em decorrência da secularização das escolas missionárias religiosas. Vivia o Grão-Pará nesse instante a euforia de sua agricultura de exportação e o rei confiscava também as fazendas ricas dos padres (40).

A esse tempo o índio já não era mais trucidado nas lutas de conquistas como acontecera do século XVII e nos inícios do século XVIII. Pombal tornara-o livre. Um decreto o dispensava do eito conquando o negro o substituiu com muito maior vantagem ao crescer a importância da agricultura amazônica. Mais de cinquenta mil entraram no Grão-Pará destinados à lavoura.

ROTA DAS IDÉIAS

Revolucionário noutras plagas, o Iluminismo na civilização agrária da Amazônia setecentista acabou conservador. As idéias iluministas foram postas em prática a serviço da dominação do Grão-Pará por meio da ação enérgica de Pombal, quando recomendações suas e seus decretos eram executados pelo irmão Mendonça Furtado.

Na arte a dominação se expressava ostensivamente na obra arquitetônica de Giuseppe Landi, que cá introduziu uma arte avançada em relação à das Minas, Recife, Salvador ou Rio de Janeiro.

Essa arquitetura, contemporânea do Iluminismo apresenta um aspecto de calma se comparada à violência típica do Barroco mineiro. O Palácio dos Governadores, por exemplo, evidencia como símbolo eloquente, o despotismo, embora também traduza a prosperidade agrícola da época, quando ativo era o comércio de exportação da região, dinâmico o seu porto (41), grande quantidade de cacau e outros produtos explorados domesticamente nas fazendas, tanto dos colonos quanto dos padres.

Nas Minas Gerais, o Iluminismo, lado a lado, com o Barroco, era revolucionário. Revelava a rebeldia, a revolta na consciência dos cidadãos mineiros. De modo geral toda a ideologia da Independência provirá do Iluminismo, isto é, de fonte não mais lusitana ou mesmo ibérica, como bem observou o professor Alfredo Bosi. O Brasil - lembra Bosi - pedia de empréstimo as novas idéias diretamente à França (História Concisa da Literatura Brasileira). Viria assim d'além-mar e ainda d'além-Pirineus, toda a ideologia da libertação brasileira. Não mais pois por via portuguesa, mas francesa. A nova fonte de noção de Direito e de justiça não era mais a da colonização quando imperava inclusive a ideologia da Inquisição, de mera repressão.

Ao Grão-Pará as idéias chegavam em primeiro lugar por via oficial, isto é sob a forma de pedagogismo, reformismo, como já vimos, por meio de decretos pombalinos, emanados de Lisboa, executados todos aqui pelo irmão do ministro, o governador Mendonça Furtado e seus sucessores.

Na verdade além dessa via de acesso "oficial" das idéias, elas tinham outra via de penetração: a Guiana Francesa, donde passavam subversivamente para o Anapa, embora se erguesse nessa área a maior fortaleza de todo o Brasil - a de São José de Macapá de cuja construção participara Wilkens, o ministro poeta de que já falamos no poema épico "A Muhraida".

Por esses dois caminhos, penetrava, na Amazônia, o Iluminismo, semente do liberalismo regional cujos efeitos explodiriam na Cabanagem em plena vigência e vigor do Constitucionalismo que é, segundo José Guilherme Merquior, "a encarnação política do liberalismo" (42).

ROMPIMENTO CULTURAL: ARCADISMO

Intensa foi no período setecentista a penetração de elementos culturais alienígenas formadores da Cultura Brasileira, que por sua própria origem e participação, é integrante da Cultura Universal, particularmente da europeia. Desde os objetos como móveis, utensílios, até as leis, tudo vinha integrar o acervo cultural de nova sociedade brasileira. A cultura indígena ia sendo dizimada na Amazônia, ou adaptada, quando o índio não conseguia internar-se mais na mata ou resistir, como Ajuricaba, em 1723. Hoje essas culturas sobrevivem, algumas em diferentes estágios, ou mesmo integradas, dissolvendo-se dentro da atual cultura amazônica, que é híbrida de índia e europeia. Em todo o Brasil amadureciam as sociedades litorâneas: a pernambucana, a vicentina, a amazônica que se adentrava na área hidrográfica.

A arte de modo geral era buscada na Itália dramática e árcaica, ilustrada e neoclássica. A Itália das óperas, inventara o piano, o cravo ou "espineta". Mas as idéias revolucionárias vinham da França. A essa busca de idéias humanistas fora do âmbito português, chamou-a o professor Bosi de ruptura consciente com o passado e, referindo-se às fontes ideológicas fora da Península Ibérica, considerou mesmo o Arcadismo como um rompimento cultural com o passado; que a obra do Arcadismo ela mesma, está no rompimento da estrutura política brasileira com a estrutura lusitana. O Arcadismo ajudará o surgimento da Maçonaria, nascida da reunião de intelectuais e ela, a Maçonaria, teve como se sabe, papel importante na consecução da Independência. Na Amazônia o árcaico Tenreiro Aranha expressará esse desejo de independência na sua peça "A Felicidade do Brasil", encenada porém só na época do bom rei Dom João VI, em 1808. Vergueiro corrobora com essa colocação a respeito do rompimento cultural: "Por fim as poesias dos árcades representaram a ruptura com os padrões europeus e retrataram admiravelmente a realidade das Minas, a sua paisagem áspera, a pedra presente em toda a parte" (43).

LAZER & CONSOLAÇÃO

Nessas manhãs e nessas tardes solitárias e nessas noites longas que separavam os dias, tanto os mineiros como os amazônidas, em ecologias diferentes, encontravam os meios disponíveis na época, para fugir ao tédio, à revolta e às agonias do século. Não dispunham de jograis nem de menestres, como nos castelos medievais. Mas dessa circunstância nasceram o folclore e as devoções em profundo messianismo. Minas depositará suas esperanças nas idéias e notícias de coisas novas que vinham da Europa e da "América". A Amazônia confiará antes de tudo na fé e no milagre. Sobretudo no milagre contra

o maior dos terrores dantescos da Amazônia: o naufrágio.

Os "Círios", sobretudo os fluviais, bem retratam essa reação de defesa das populações amazônicas perante o perigo. Depositarão sua fé na mesma santa protetora dos navegantes do Atlântico: a Senhora de Nazaré. O "Círio", dentro da filosofia católica dessa procissão, representa o caminhar, o partir como forma de libertar a alma angustiada.

No Brasil, as procissões de modo geral exerceram papel controlador das emoções do povo, quebrando assim, de vez em quando, a rotina diária dos que trabalhavam no canavial, na extração do ouro, no plantio do cacau, na criação do gado ou na prestação de serviços desde o miliciano ao pároco.

Nas Minas, o ponto de chegada das romarias era o Eremitério do Caraca, os santuários de Antônio Pereira, do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do campo. Uma das mais concorridas era, no tempo do ouro, a de Corpus Christi com imagens feitas pelo Aleijadinho descendo ladeira em cima do andor.

Em Belém do Grão-Pará o ponto de chegada da grande procissão do "Círio" era a Ermida de Nossa Senhora de Nazaré, fora da cidade. O próprio nome da cidade era nome de santa: Santa Maria de Belém e a santa parecia acudir mais que qualquer outra, às angústias da Amazônia cuja maior tragédia eram as águas, os naufrágios. Ela, no seu culto de origem, na região de Nazaré, em Portugal, já era tida como a protetora dos navegantes. Também aqui será sempre "Senhora das Águas", daí os numerosos "círios" fluviais amazônicos, que parecem recordar essa proteção, ante o perigo maior.

No século XVIII, os primeiros Círios de Belém saíam pela tarde, da própria capelinha do Palácio dos Governadores. Atravessavam o sereno igarapé do Piry, por meio de uma ponte de madeira, para depois caminhar pelo Bairro Novo - o da Campina. Chegavam à "boca do sertão", onde se iniciava a Estrada de Nazaré. Serpenteando desde o Palácio até a ermida, o longo cortejo era integrado por brancos, negros escravos ou libertos, índios e mamelucos, autoridades civis, militares e eclesiásticas, e quem sabe, até judeus, passando por cristãos novos, pois Belém, depois torna-se a primeira "congregação judaica" (44) do Brasil, segundo historiador Samuel Malamud.

O Círio de Nazaré ainda é sublimemente "barroco" na postura popular. "Tridentino" em parte, pelo controle eclesiástico, "anti-tridentino" pela espontaneidade da religiosidade popular como fenômeno de multidão. A multidão consagra suas esperanças na mãe de Jesus - Santa Maria - como sendo a mãe de todos os órfãos, mãe para sempre na eternidade:

"No céu, no céu,
com minha mãe
estarei"

Ela será sempre, na tradição Amazônica, a divindade máxima, para muitos amazônidas, vista como a "Senhora das Águas" (Título do paraense Salomão Laredo). Nela o órfão venera a mãe que não conheceu ou perdeu. Veneram-na como a protetora de todos os tipos de naufrágios na vida. Ela vem pelo mar, desde o antigo mar da Vigia que, para o amazônida, o rio é "mar", logo ela é rainha das águas:

"Salve Rainha do mar"

Em nosso tempo, o romancista paraoara Dalcídio Jurandir chamou o Círio de "Carnaval Devoto", título aliás também de tese do sociólogo Isidório Alves, mesmo que nada tenha de carnavalesco senão de longe, numa vaga ilusão de ótica, mas na verdade extraordinariamente "devoto", porque sintetisa todo o messianismo amazônico, contra todas as desgraças.

A verdade é que o Círio é tão popular, com as raízes tão aprofundadas no século XVIII, que o clero reconhece não poder regulá-lo totalmente pelas regras canônicas e litúrgicas. Daí o equilíbrio que se impõe entre o tridentino e o anti-tridentino do Círio de Belém.

Já nas Minas Gerais os grandes instantes de conagração eram vividos nas festas com procissões, onde se notava certa integração social. Vergueiro informa que "os ricos mineiros da irmandade do Santíssimo ladeavam os negros humildes do Rosário dos Pretos".

No Grão-Pará havia até duas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário: a dos Homens Brancos e a dos Homens Pretos. A dos Homens Pretos continua de pé, construída aliás por mãos negras e índias, mas sob a batuta de Landi... A de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos desapareceu sem deixar vestígios como aconteceu com a "Casa da Ópera" que também sumiu sem deixar rastros...

Entre os folguedos do Grão-Pará devemos lembrar as brincadeiras ingênuas e as caçadas coletivas na malhação do Judas, uma das tradições vinha das manhãs alegres do século XVIII nas ruas estreitas da Cidade Velha e do bairro da Campina. Nessa ocasião os cristãos vingavam-se dos matadores de Jesus da Galiléia. Faziam um boneco com roupa, chapéu e tudo. Ao amanhecer o dia, no Sábado da Aleluia, o boneco era espancado e espatifado na rua como ainda hoje fazem os populares, numa homenagem a Cristo traído, ocasião em que se castigava de modo geral todos os traidores e consolavam-se os traídos. Jornalista e advogado paraense, Flávio Moreira descreveu na imprensa de Belém, a seguinte cena desse tempo em que até o padre participava do folguedo:

"O padre tinha o galhofeiro costume de confeccionar um boneco de pano representando Judas, o apóstolo traidor de Cristo, para expô-lo na via pública, na véspera do dia de São Pedro. A garotada da rua, em grande algazarra espancava e afinal queimava o boneco" (45).

Noites amenas eram as do Grão-Pará, cessadas as chuvas, aberto o luar. Nem excesso de calor nem mesmo canícula incômoda. Ausência de frio, clima estável. O luar inspirador era sempre límpido de julho a dezembro, noites animadas tanto para a gente simples como para a elite. A aristocracia do cacau animava-se às noites na "Casa da Ópera", nos dramas ou nas solenes apresentações de árias, comédias. O povo humilde tinha também suas noites alegradas, com alguma bebedeira nas festas de santos, com a parte profana nos "arraiais", nos "barracões" onde se podia tomar uma garapa (caldo de cana) e dançar de pé direto no chão ao som do batuque de cujo ventre foram paridos no Grão-Pará o carimbô, o siriá, o chorado, o retumbão, o sairé, etc. As donzelas esperavam ser tiradas para dançar.

Noites de encenação, no teatro do povo - o "Pássaro", espécie de drama ou mesmo poderíamos chamá-lo "ópera do caboclo paraense", era cantado e dialogado, teatro que não veio importado da Itália como a ópera da elite, mas nasceu (o "Pássaro") da vida local, fruto da civilização que se recrucou na Amazônia. O "Pássaro", na temática, resulta do dia a dia amazônico, atua entre a fazenda agrícola ou pecuária do branco e a aldeia próxima do índio. Nele figuram o arcabuz do branco (geralmente de nomes portugueses,) como "Alvaro" e a "flecha" do índio. Também ali age na "cena" o padre católico e o pajé nutrido nos mitos da floresta com seus duendes. Mas o "auto amazônico" reflete perfeitamente a introdução dos elementos culturais da civilização mercantil européia na cultura nativa da região. No "Pássaro" os costumes nativos misturam-se episodicamente a fadas nórdicas, de longos cabelos louros, vestidas quase sempre de azul, roupa longa dobrando-se ao chão, varinha de condão infalível no milagre, fazendo frente a Matintás-Pereira (seja da "grande", seja da "pequena") do mesmo reino dos sacis, viciados em fumo. O "Pássaro" confunde Iaras, Santas Maria e Iemanjás. Afinal, é o "Pássaro" a réplica cabloca da "Casa da Ópera" do centro urbano da região que é Belém.

FANTASMAS ENTRE VI OS!

Toda civilização que morre merece um requiem ou versos que sirvam de epitáfio como aquele de Manuel Bandeira ao perguntar sobre as Minas Gerais: "Que resta do esplendor de outrora?". Ao fechar-se o ataúde da civilização da Amazônia agrícola, quem lhe escreverá uma elegia perante os restos mortais da paisagem mumificada?

A sensibilidade do poeta que contempla a paisagem sobrevivente é capaz de compreender o que jaz por trás desses templos ou palácios antigos. É presente a vida que houve, ressentida a glória vivida, sente finalmente o fim. Os versos de Luiz Paulo Galvão, no soneto "Belém" traduzem esse grito do passado, pedindo complacência à geração que a contempla:

"Forte, Largo da Sé, Cidade-Velha:
velhas casas, porões, templos, arquivos,
fantasmas pelas ruas, luas, telhas
enchendo de emoção os que estão vivos!

Pisos, paredes, paredes gretadas,
terreiros, adros, quadras e quintais,
muros, palácios, casarões, sobrados
que evocam tempos que não voltam mais" (46)

e no poema "Sobrados de Belém", o poeta amazônico João de Jesus Paes Loureiro também percebeu, em sua mundividência, o soluço que sobrou dessa civilização colonial pre-cabana da Amazônia, refletida no casario característico da paisagem urbana :

"Sobrados

so brados

sobra dos

"sossobrados" (47)

- (1) - SOUZA, André Mécio. A EXPRESSÃO AMAZÔNICA. Editora Alameda, Rio de Janeiro, 1978. 240 p. pag. 64.
- (2) - SOUZA, André Mécio. A EXPRESSÃO AMAZÔNICA. Editora Alameda, Rio de Janeiro, 1978. 240 p. pag. 64.
- (3) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (4) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (5) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (6) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (7) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (8) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (9) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (10) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (11) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (12) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (13) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (14) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (15) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.
- (16) - LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. In: LARA, J. R. de. Sobrados de Belém. Ed. Vozes, Petrópolis, 1978. 120 p. pag. 64.

- (1) - GONZAGA, Tomás Antonio. Obras completas, Ed. Nacional, São Paulo -1942.
- (2) - SOUZA, Apud Márcio. A Expressão amazonense. Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1978, págs. 46, 64, 65.
- (3) - SOUZA, op. cit.
- (4) - NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. Saraiva, 1979, pág. 64.
- (5) - LAPA, J. R. do Amaral. Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará. 1763. Ed. Vozes, Petropolis, 1978.
- (6) - Nada se conhecia da presença da Inquisição na Amazônia até a descoberta do historiador Amaral Lapa. Contou-nos o autor em 1966, na redação de A FOLHA DO NORTE, que na Torre do Tombo, encontrou quase por acaso o documento. Nas outras regiões do Brasil, como Nordeste, era conhecida a presença do Santo Ofício. Só nesta segunda metade do Século XX foi revelada também na Amazônia.
- (7) - NORONHA, E. Magalhães, op. cit. pág. 34.
- (8) - KAPLAN, David & MANNERS, Robert A. Teoria da Cultura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, ps 62, 63.
- (9) - VERGUEIRO, Laura. Opulência e Miséria das Minas Gerais. São Paulo. Brasiliense, 1981. p.
- (10) - Um paraense ilustre - Silvio Meira - estudioso da língua alemã, traduziu o Fausto de Goethe para o português, rimando-o pela primeira vez. Silvio Meira também traduziu para a língua de Camões o "Guilherme Tell" de Schiller.
- (11) - Conselho Estadual de Cultura. Texto "DRAMA". Facsimile do original do século XVIII, editado pelo CEC. Belém, 1979.
- (12) - Revista de Teatro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, nº 433, 1980, Capítulo XIV, sobre Teatro do Brasil.
- (13) - Observe-se que a orquestra que hoje tem o nome de Ribeiro Bastos foi fundada por volta de 1796, em São João Del Rei.
- (14) - MACEDO, Apud Sérgio D. T. Em Tiradentes e o Aleijadinho, Rio de Janeiro Record, 1962, pág. 40.
- (15) - "Drama". Conselho Estadual de Cultura. 1979. O texto é um facsimile do original do século XVIII, autor José Eugênio Aragão e Lima.
- (16) - SALLES, Vicente. A música e o tempo no Grão-Pará. Belém, UFPa. 1980 págs. 101 e 106.

- (17) - SOBRAL, Maria de Lourdes, da Universidade Federal do Pará (Linhas mais adiante alongaremos referências sobre a tese da autora).
- (18) - RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975, pág. 147.
- (19) - "Círio" é sinônimo de grande procissão na Amazônia (N.A.)
- (20) - Esse episódio foi dramatizado por Dias Gomes em sua peça "O Santo Inquérito".
- (21) - Padre Antonio Vieira, em seus "Sermões".
- (22) - Da Universidade Federal do Pará. Sua tese em elaboração intitula-se "As Ordens Religiosas e o Barroco no Pará".
- (23) - Jornalista sob o pseudônimo "Lavor Papagaio" (N.A.)
- (24) - VERGUEIRO... pág. 47
- (25) - Idem, pág. 19
- (26) - Idem, pág. 60
- (27) - VERGUEIRO, pág. 20
- (28) - AZEVEDO, Eustáquio de. Antologia amazônica ob. cit.
- (29) - Soneto "Ouro Preto" de Manuel Bandeira. Poesias Completas. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1940.
- (30) - BARATA, Manoel. Formação Histórica do Pará. UFFa. 1973. O autor informa que não saía só o produto cultivado. Saía também o chocolate fabricado desde 1687. Em 1730 havia cerca de um milhão e meio de pés de cacau cultivado.
- (31) - CARRATO, José Ferreira. Igrejas, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais. Brasiliense, São Paulo. 1968, pág. 123.
- (32) - CARRATO... pág. 124
- (33) - Idem, pág. 27
- (34) - CARRATO... op. cit.
- (35) - ALDEN, Dauril. O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica FIPAM/NAEA/UFFa. 1974.
- (36) - Observar quadro estatístico de Alden: "Exportações feitas pelas ordens religiosas de Belém para Lisboa" - 1743-1745. Página 58 deste livro.
- (37) - CRUZ, Ernesto. História do Pará. Governo do Estado do Pará, 1973, pág. 214 1ª V.
- (38) - Idem
- (39) - CARRATO, Ferreira, op. cit. pág. 151
- (40) - Rever Aviso de 2 de agosto de 1757, cf. Ernesto Cruz, op. cit.
- (41) - Ver adiante o item "atividade náutica".
- (42) - MARQUIOR, José Guilherme. A natureza do processo. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982, págs. 82 2 83.
- (43) - VERGUEIRO, Laura. op. cit. págs. 78-79.
- (44) - Informa o historiador Samuel Malamud que Belém foi o lugar da primeira congregação hebraica do Brasil fundada em 1828, quando então se constroi a sinagoga "Porta do Céu" ainda hoje existente ali na rua Ar cisprete Manoel Teodoro. O trabalho de Malamud intitula-se "Contribuição Judaica ao Desenvolvimento Brasileiro nos 150 anos da Independência". 1972. Serv. de Divulgação da Federação Israelita do R. Janeiro.
- (45) - MOREIRA, Flávio. "O governador, o bispo e o seminarista". In. Jornal O LIBERAL de 5 de setembro de 1962.

- (46) - GALRÃO, Luiz Paulo. Isto é Poesia. Belém, 1982.
- (47) - PAES LOUREIRO, João de Jesus, "Altar em chamas". Rio de Janeiro, Civi-
lização Brasileira, 1983.

(19) - "Estatuto de Direito de Grande Propriedade" (1971)

(20) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade por meio de uma lei (1971)

(21) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(22) - Da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a Universidade

(23) - "As Organizações Belicistas e o 'Estatuto de Direito de Grande Propriedade'" (1971)

(24) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(25) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(26) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(27) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(28) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(29) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(30) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(31) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(32) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(33) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(34) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(35) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(36) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(37) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(38) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(39) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(40) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(41) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(42) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(43) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(44) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(45) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(46) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(47) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(48) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(49) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(50) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(51) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos

(52) - Estatuto de Direito de Grande Propriedade em seus aspectos